

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

A emergência do *homo oeconomicus* no anarcoliberalismo¹

Túlio Pascal

Graduando em Filosofia - UFG

Resumo: Pretende-se nesse artigo partir do conceito de biopolítica, de suas ambiguidades e ressignificações, para mostrar sua relação com o neoliberalismo americano. Procuraremos mostrar o funcionamento da biopolítica nesse neoliberalismo através da figura do *homo oeconomicus*. Nesse sentido buscaremos identificá-lo como um emblema do sujeito governável e que é, por razões históricas, fabricado no interior dessa prática econômica e política.

Palavras-chave: Biopolítica; neoliberalismo; *homo oeconomicus*, Foucault, governo da vida

Abstract: *This article is intended to use the concept of biopolitic, it's ambiguities and resignifications in order to show it's relation to the American neoliberalism. We'll try to show how biopolitics works on this neoliberalism as the homo oeconomicus. Therefore we'll try to indentify him as a symbol of the gorvernable subject that is manufactured within this economic and political practice.*

Key-words: *Biopolitics ; neoliberalism ; homo economicus , Foucault , life government*

Biopolítica: do governo da vida ao governo sob a vida

Na literatura foucaultiana o conceito de biopolítica é talvez o mais elástico. Ele coloca os estudiosos de sua obra numa séria complicação: afinal, biopolítica significa o governo sobre a vida, ou o governo da vida? Cada dimensão dessa pergunta traça percursos distintos e toca em pontos diferentes da obra de Foucault. Se biopolítica se configura como o governo sobre a vida então estaremos lidando com uma tecnologia de poder que tem por maior pretensão estimular a vida e administrá-la. Estaremos assim assistindo um poder soberano que *faz viver e deixa morrer*. Por outro lado, se biopolítica for entendida como o poder da vida então estaremos trilhando outro caminho. Estaremos lidando com uma resistência ao poder que busca através de uma biopolítica de si, isto é, uma manifestação da vitalidade do sujeito, um sentido “positivo” que tem por pretensão retirar a vida de um lugar de subserviência aos excessos poder político e dos disparates da economia. É possível notar numa obra específica que a vida, apesar da determinação histórica – bio-história, e da dominação política, sempre escapa e não se deixa prender. Para Foucault na obra *História da sexualidade I – A vontade de saber a vida*, que é objeto da política moderna, se voltou contra o sistema que tentava controlá-la, criando portanto, a partir daí, uma nova concepção de resistência².

Na última seção de *A vontade de saber* poderemos ver o conceito de biopolítica formulado explicitamente e junto com ele essa oscilação conceitual. Recorreremos a uma passagem para explicitar melhor esse dilema. Foucault diz que “teria que falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz entrar a vida e em seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do saber-poder um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 2014, p. 188). Ocorre que essa mesma vida, onde se concentra as injunções do poder político, é, ao mesmo tempo, o campo de resistência. Ora, a vida não foi “exaustivamente

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

integrada às técnicas que a dominam e administram; *ela escapa sem cessar*” (FOUCAULT, 2014, p.188 – grifo meu). É nesse ponto, onde a vida é alvo do poder político e lugar de resistência é que repousa a pergunta que já levantamos: biopolítica seria o governo sob a vida ou o governo da vida?³

Essa problemática releva o quanto o conceito de biopolítica flutua entre dois polos; ele estará cercado por uma série de erros linguísticos e equívocos conceituais. Cabe dizer que Foucault não será o responsável por essa proliferação de erros, pois nas últimas décadas o conceito tem passado por uma banalização e tem sido aplicado nos mais diversos campos de saberes, sempre com sentidos diversos, recebendo, portanto, ressignificações de acordo com o campo semântico de tais saberes.

“Como que para complicar ainda mais as coisas, a ‘biopolítica’ tornou-se uma palavra da moda, muito frequentemente de significado vago ou, mesmo, praticamente sem significado algum em si mesma. Nesses casos, ela funciona apenas como moeda (tida como) forte em jogos de retórica que mais valem como combustível para uma performatividade oca, sem a menor preocupação com a semântica, mas com a máxima preocupação com a pragmática” (VEIGA-NETO, 2014, p.34-35). Nos anos 90’ o conceito de biopolítica passa a ser marcado por confusões semânticas diversas, figurando assim, massivamente, em discursos carentes de significação. Após o início das publicações dos *Ditos e escritos*, edições que reúne conferências, entrevistas, aulas, mesas redondas, o leitor pôde acessar uma produção intelectual de Foucault até então não vista. Antes da publicação desse material o conceito de biopolítica figurou apenas três vezes em seus livros, e logo após os *Ditos e escritos* houve um salto enorme, chegando a aparecer ao menos 56 vezes. Quem quantifica é o estudioso Edgardo Castro no artigo *O*

governo da vida. Antes das publicações dos *Ditos e escritos* o conceito não possuía um valor tão significativo, aponta o estudioso.

Foucault não foi exatamente o criador desse neologismo. A palavra aparece primeiramente na obra do cientista político Rudolf Kyellen. Para esse autor a biopolítica trata de lutas sociais, do enfrentamento e da cooperação que define o dinamismo da vida social⁴. Foucault não cita Kyellen, e não passaria de especulação investigar se o nosso autor conhecia sua obra ou não. O que nos importa é a forma que Foucault confere a esse conceito. Antes de prosseguirmos convém sintetizar, correndo inúmeros riscos, junto com o estudioso de Foucault, o professor Veiga-Neto, a conceituação foucaultiana.

Foucault refere-se à biopolítica como a política que trata da vida das populações, ou seja, a política que tem como interesse e preocupação principais a própria vida das populações, em termos de governá-las em função do binômio saúde-morbidade, bem como no que concerne à sua higiene, alimentação, natalidade, mortalidade, sexualidade, longevidade, fecundidade, casamentos etc. Em íntima articulação com o surgimento dos Estados modernos, dos saberes estatísticos e com a ideia de população como um organismo vivo, a biopolítica toma a vida humana como o próprio objeto da política; ela promove a distribuição das ações de governamento dos (e sobre os) indivíduos que compõem uma população, no âmbito da vida. Sendo assim, o conceito foucaultiano afasta-se da conotação organicista que, até a época de suas investigações, outros autores haviam atribuído à biopolítica. (VEIGA-NETO, 2014, p.37).

A biopolítica lida com a vida das populações projetando uma interferência na constituição das subjetividades e em diversas experiências como a da sexualidade, a da loucura, a da transgressão das leis, o crime. A biopolítica

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

entendida como uma tipologia de governo sob as populações se confunde com o conceito de governamentalidade⁵. Contudo, engana-se quem julgar que a biopolítica por ter tais características desconsidera o corpo. Diz Foucault: “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 2014, p. 144). Pela primeira vez na história, dirá Foucault, o biológico reflete no político. O corpo não é apenas objeto do poder disciplinar. O biopoder em um sentido amplo comporta dois momentos: a anatomo-política do corpo humano, que captura o corpo para fazê-lo produzir mais e melhor, submetendo-o a disciplinas que fabricam indivíduos dóceis e úteis, e, no segundo momento, trata-se de uma biopolítica da população, ou biopolítica da espécie humana, que comporta eventos como a saúde, a morbidade, a natalidade, que por sua vez aparece como o campo de intervenção do biopoder.

A biopolítica não irá eliminar o poder disciplinar, ao contrário, irá remodelá-lo e aplicá-lo em outros níveis. Esse ajustamento entre a anatomo-política do corpo humano e a biopolítica da população provoca uma totalização e uma individualização dos indivíduos. A individualização fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a voltar-se para si mesmo, fazendo-o, com esse gesto, esquecer-se do outro. A totalização, através da normalização, provoca uma intensa massificação, que resulta na exclusão dos anormais, das condutas desviantes, que tem como pano de fundo uma padronização dos comportamentos.

Tomar o conceito de biopolítica como objeto de nossa análise consiste em recriar o laboratório de onde Foucault o criou, para

então inserir nesse cenário a figura do *homo oeconomicus* do anarcoliberalismo.

A relação entre o *homo oeconomicus* do neoliberalismo americano com a biopolítica se mostra, em nosso trabalho, quando essa racionalidade política provoca uma normalização, uma perda de singularidades, um assédio constante da economia, das tecnologias de segurança, do marketing, do consumismo⁶, da psicologia, saberes e dispositivos que vem no bojo da governamentalidade liberal, que com efeito, torna inevitável a formação de uma subjetividade assujeitada a essas diversas estratégias de *poder-saber*.

O que mais nos interessa, nesse momento, no cenário biopolítico, é o fato de as artes de governar se apresentarem como uma tecnologia de condução de condutas, de governos dos outros, e nesse sentido buscaremos apresentar o *homo oeconomicus* como a exemplificação de um sujeito governável por tais técnicas do poder.

O homo oeconomicus: o sujeito governável

“O curso deste ano acabou sendo inteiramente consagrado ao que devia formar apenas a sua introdução. O tema escolhido era portanto a ‘biopolítica’” (FOUCAULT, 2008, p.431). Assim inicia Foucault o resumo do curso *O nascimento da biopolítica*; resumo que Foucault escrevia anualmente após o término das aulas ou no fim do ano. Essas duas frases demonstra que o curso ministrado em 1979 ganhou caminhos que nem o próprio autor pôde prever. O curso *O nascimento da biopolítica* é o único curso ministrado por Foucault no Collège de France em que o autor se envereda pela modernidade, abandonando esse campo histórico no curso posterior intitulado *Do governo dos vivos*.

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

Foucault explica o motivo que o levou a tomar aquilo que seria apenas uma introdução como objeto de exame de todo o curso. Diz ele: “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, *parece-me*, apreender o que é a biopolítica” (FOUCAULT, 2008, p. 30). Essa proposição será portanto o fundamento de sua tese: “estudar o liberalismo como quadro geral da biopolítica” (FOUCAULT, 2008, p.30). Foucault então toma o liberalismo não só como a grade de análise da biopolítica, mas como seu sustentáculo. Essa seria então a justificativa de uma promessa não cumprida.

Mesmo que o liberalismo não seja a melhor categoria para se analisar uma biopolítica da população humana a relação entre biopolítica e liberalismo ainda permanece um campo importante de pesquisa. Se a biopolítica é uma prática governamental que no século XVII buscou racionalizar e inserir na pauta da política alguns temas como a saúde, a higiene pública, a natalidade, a morbidade, o neoliberalismo americano seria uma prática econômica que tem certas semelhanças com a biopolítica na medida em que busca trazer elementos do social para o campo de análise da economia, tornando experiências da vida humana objeto de intervenção econômico-político.

O neoliberalismo americano provoca uma inversão das relações sociais com o econômico, trazendo elementos não-mercantis para a análise do econômico. Nessa programação entra a vida dos indivíduos, e diversos fatores sociais como a criminalidade, a delinquência. A relação do indivíduo com o casamento, a família, os seguros, a propriedade privada passa a ser organizada no formato de uma empresa e isso constitui campo de intervenção dos processos econômicos. A partir daí, mesmo que o neoliberalismo não seja a categoria mais adequada para analisar a biopolítica, é que se trava

uma conexão estreita entre o neoliberalismo americano e a biopolítica. Tais elementos do neoliberalismo americano permitem uma análise das práticas políticas que buscam administrar fenômenos da vida humana e inscrevê-los no campo de análises da economia, que é o principal saber da governamentalidade⁷.

Talvez a força dessa hipótese de Foucault é que levou o estudioso de Foucault Leandro Menezes a escrever: “A prioridade governamental da vida é o processo que se subscreve no marco da racionalidade política do liberalismo” (MENEZES, 2014, 140). Convém dizer, no entanto, que a vida dos indivíduos já era objeto central da política desde a formação do Estado de polícia.

Foucault não está interessado em analisar o neoliberalismo apenas como uma teoria econômica ou como uma ideologia. Antes, sua análise o considera como uma forma de governo, uma prática governamental. No que diz respeito ao neoliberalismo americano Foucault irá concebê-lo como uma maneira de “ser e de pensar”, um neoliberalismo que se apresenta como “pensamento vivo” e que por isso também fabrica utopias. O neoliberalismo americano não será apenas uma teoria econômica, uma técnica de governo, será toda uma forma de pensar e de viver.

Examinar a pertinência da relação entre biopolítica e liberalismo para os estudos foucaultiano é uma questão de método. Para o estudioso Edgardo Castro “uma leitura biopolítica de Foucault não pode deixar de colocar as questões de método” (CASTRO, 2012, p. 76). Nesse sentido nos demoramos para traçar as últimas linhas na tentativa de colocar brevemente na balança a pertinência ou não de ainda relacionar a biopolítica com a tradição liberal.

Foucault analisa o neoliberalismo americano sob uma metodologia que envolve duas programações dentro dessa governamentalidade:

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

a análise da criminalidade, da delinquência e do capital humano. Para Foucault a teoria do capital humano é a espinha dorsal do neoliberalismo americano. Essa teoria, para além de suas particularidades, nos permite uma relação da biopolítica com o anarcoliberalismo.

A programação da política penal, o funcionamento da justiça penal, está marcada por uma elaboração dos neoliberais a respeito da criminalidade. O crime passa a ser entendido como ações que colocam o indivíduo no risco de ser condenado a uma pena. A análise da criminalidade levada a cabo por parte dos neoliberais como Gary Becker, nos permite compreender uma face do *homo oeconomicus*.

Notoriamente vemos articular-se o problema da penalidade com o problema da economia. Nesse sentido a Lei será erigida como resposta a esses problemas econômicos, e permitirá uma análise econômica de um problema social como a criminalidade. O *homo juridicus* era no século XVIII o mesmo que o *homo oeconomicus*. “A lei é a solução mais econômica para punir devidamente as pessoas e para que essa punição seja eficaz” (FOUCAULT, 2008, p.341). Importa investigar quanto custa punir, quanto custa reeducar, qual o custo que o crime provoca na economia de um estado? Ou seja: “quanto custa, para um país ou uma cidade em todo caso, os ladrões poderem agir como bem entendem; o problema também do custo da própria prática judiciária e da instituição judiciária tal como funciona” (FOUCAULT, 2008, p. 340). Trata-se, portanto, de uma crítica à “pouca eficácia do sistema punitivo”, pelo simples fato de que os suplícios e o banimento não solucionavam efetivamente o problema da criminalidade; mesmo com tais práticas penais não havia baixa da criminalidade. Esse trânsito da política punitiva que passa do suplício para o encarceramento, descrito por Foucault em *Vigiar e punir*, não consiste exatamente numa humanização das penas, mas, antes, o que

move esse deslocamento é o problema da economia. Mais uma vez o político e o social se dobram às injunções do econômico. É em torno da tentativa de mensurar os efeitos do crime na economia que “o *homo penalis*, o homem penalizável, o homem que se expõe à lei e pode ser punido pela lei, esse *homo penalis* é, no sentido estrito, um *homo oeconomicus*” (FOUCAULT, 2008, p. 341). É a lei que permitirá “articular o problema da penalidade com o problema da economia” (FOUCAULT, 2008, p. 241). É aqui que se percebe mais claramente que o *homo juridicus* é, em última instância um *homo oeconomicus*.

Como vimos, a criminalidade interessa a Foucault por servir de lupa para analisar o *homo oeconomicus* e, com efeito, analisar as relações não-mercantis empreendidas pela economia. Outro elemento do neoliberalismo do qual Foucault se servirá é a teoria do capital humano, como já dissemos. Essa teoria fora inicialmente desenvolvida por Alfred Marshall e teve um desenvolvimento considerável na escola de Chicago, com autores como Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz. A teoria do capital humano constitui a espinha dorsal do neoliberalismo americano porque permite perceber um descolamento radical do *homo oeconomicus* do ordoliberalismo para o *homo oeconomicus* do anarcoliberalismo.

Se no liberalismo em seu formato alemão o *homo oeconomicus* era o sujeito e objeto do *laissez-faire*, o parceiro da troca, aquele que definia seus objetivos e levava a cabo seus interesses egoístas o *homo oeconomicus* coloca um paradoxo: em sua nova redefinição o *homo oeconomicus* é “aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

artificialmente no meio” (FOUCAULT, 2008, p. 349).

O laboratório de criação desse sujeito maleável, que responde às modificações artificiais de seu meio se dá na teoria do capital humano. A grosso modo a teoria do capital humano surge quando os economistas neoliberais passam a se ocupar com o tema do trabalho de uma maneira bastante distinta de Marx. A análise econômica do trabalho o estudará como uma conduta humana. O trabalho será entendido como a construção de uma renda, será a fonte de uma renda. O capital humano será objeto de investimentos que se colocará na espreita de colher uma renda, uma renda que é futura. Investimentos psicológicos, culturais, que possibilitarão um retorno financeiro. Essa problemática estará às voltas com a genética, com a tentativa de melhorar o capital humano através do casamento de duas cargas genéticas que tenham um bom equipamento genético. O nível de cultura dos pais, o tempo que a mãe destina ao filho, todos os cuidados com a alimentação e a saúde da criança possibilitarão uma alta renda no futuro. “Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais” (FOUCAULT, 2008, p. 315). Equação que ficou conhecida numa educação marcada para o trabalho: educação é igual investimento e seu “resultado” é o sucesso, benefícios psicológicos e sociais. Numa palavra: *status*.

Todos esses cuidados da mãe, essa série de investimentos, que são “o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem” (FOUCAULT, 2008, p. 318) é o que fará com que a criança seja “adaptável”. É nessa direção que o *homo oeconomicus*, como fruto da teoria do capital humano, será

um empresário de si mesmo. Diz Foucault: “sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008, p. 311). É aqui que o *homo oeconomicus* se distancia de sua acepção ordoliberal, porque nessa configuração, empreendida sobretudo por Gary Becker, o *homo oeconomicus* não será o parceiro da troca, será antes o parceiro do consumo, e, na medida em que consome, produz sua própria satisfação⁸. “Não se tratam mais de interesses e necessidades, mas de consumidor e consumo, e do consumidor como produtor” (CORREIA, 2014, p. 38).

Ora, Foucault não considera que o sujeito seja por inteiro um *homo oeconomicus*. Diz Foucault:

Em outras palavras, considerar o sujeito como *homo oeconomicus* não implica uma assimilação antropológica de todo comportamento, qualquer que seja, a um comportamento econômico. Quer dizer, simplesmente, que a grade de inteligibilidade que será adotada para o comportamento de um novo indivíduo é essa. Isso quer dizer também que o indivíduo só vai se tornar governamentalizável, que só se vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo oeconomicus*. Ou seja, a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele. (FOUCAULT, 2008, p.345.)

Foucault logo na sequência dessa última formulação dirá que o *homo oeconomicus* é a interface entre o governo e o indivíduo, ou seja, entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele. O *homo oeconomicus* será, a partir da sua característica que se adapta ao meio, que aceita a realidade, que responde as variáveis artificiais do meio, um sujeito “ eminentemente governável”.

A longa citação do texto de Foucault realizada anteriormente nos permite assinalar, brevemente, algumas razões que nos levam a dizer que o *homo oeconomicus* é o emblema de uma

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

subjetividade assujeitada pelas mais diversas técnicas da biopolítica⁹. A economia, ao perceber que o indivíduo responde sistematicamente as variáveis do meio integra em suas análises “técnicas que estão em curso e em voga atualmente nos Estados Unidos e são chamadas técnicas comportamentais”¹⁰. A economia então irá se apropriar de toda uma psicologia comportamental¹¹, e, diz Adriano Correia:

na medida em que o ‘*homo oeconomicus*’ é aquele que aceita a realidade’, cuja conduta é racionalmente ajustada às variações do meio, *é encurtada a distância entre economia e psicologia ou entre a ciência econômica e o comportamentalismo* (CORREIA, 2014, p.34-35 – itálico meu).

A novidade da governamentalidade neoliberal, sobretudo em seu formato americano, é que se governará os indivíduos como se esses estivessem governando a si mesmos. O marco dessa arte de governar é indexar ao estado saberes como a psicologia, a administração, a medicina, a economia política, sob o mote da liberdade e da segurança¹². Candiotto percebe aí um paradoxo: “problema é que para sentir-se seguro o indivíduo pode intervir sem coerções somente num determinado espaço já moldado pelos dispositivos de segurança” (CANDIOTTO, *apud*, CORREIA, 2014, p.40-41)¹³.

O liberalismo não será uma prática governamental que abrirá maiores espaços de liberdade. Ao contrário: “O liberalismo não é o que aceita a liberdade”¹⁴. “O liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la como bem entendido” (FOUCAULT, 2008, p. 88). Para Foucault:

essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade, garantir esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade de mercado,

liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. É obriga-la a produzi-la, é obrigada a organizá-la. (FOUCAULT, 2008, p.86)

Nesse trecho Foucault além de elucidar o funcionamento dessa “nova arte governamental” denuncia o seu simulacro: “é necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças” (FOUCAULT, 2008, p. 87). Existe livre concorrência no interior de uma artificialidade criada pelo mercado, e nesse sentido o homem econômico, que é economicamente ativo, que responde a essa artificialidade, ou à naturalidade do mercado que não é exatamente natural como a natureza do ecossistema, é governável na medida em que se conforma com uma liberdade circunscrita dentro de um campo de injunções, de intervenções¹⁵.

Dado esse cenário, o neoliberalismo americano fabrica uma subjetividade governável, tipificada na redefinição do *homo oeconomicus*, e se apresenta como um canteiro fértil nas análises que buscam relação entre a biopolítica e o neoliberalismo. Não há somente essas conexões: o *homo oeconomicus* torna-se um elemento importante para se analisar um deslocamento empreendido na obra de Foucault que passa de uma analítica do poder para uma analítica do *governo*¹⁶ de si e dos outros. As análises de Foucault sobre o *homo oeconomicus*, não tem por objetivo dizer que somos todos *homo oeconomicus* e que essa é nossa identidade, se assim fosse, essas análises pouca importância teria para uma genealogia daquilo que somos, uma vez que Foucault considera que o objetivo do tempo presente não é descobrir o que somos, mas recusar o que

FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

somos; que o objetivo não é legitimar o que já se sabe, mas tentar saber a maneira e até onde é possível pensar diferentemente. Essa seria a tarefa urgente: “promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Edgardo. O governo da vida. Trad. Edson Passetti. In: *Ecopolítica*, São Paulo, Vol. 3, 2012, p. 69-98.
- CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FELÍCIO, Carmelita. A educação sob o signo da biopolítica: da resistência às formas de controle à autoconstituição de nós mesmos. In: *Inter-Ação*, Goiânia, v.40, 2015 n.1, p. 85-100, jan/abr.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 1º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Microfísica do poder*. MACHADO, R. (org). 28º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *O nascimento da Biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, L. ; RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica- para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- MENEZES, Leandro. *A trajetória das artes de governar em Michel Foucault*. Goiânia: Editora UFG, 2014.
- NILO, Tiago. *Alguns apontamentos sobre a governamentalidade liberal e/ou neoliberal a partir de Michel Foucault*. In: *Kinesis*, Marília, Vol.II, nº 03, 2010, p.345-358, 27/10/2009.
- SANTOS, Rone. A economia como crítica da razão governamental em Michel Foucault. In: *Kinesis*, Marília, Vol.I, nº2, 2009, p. 248-263.
- SOUZA, Richer. Foucault: o nascimento do liberalismo. In: *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, Vol.03; nº01, 2012, p. 191-201.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica*. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande. Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, 2014, p.208-224

¹ Excepcionalmente as notas deste artigo estão como notas de fim, por sua extensão. Nota dos editores. A primeira versão desse texto foi elaborada no interior da disciplina *O nascimento da biopolítica*, ministrada pelo Prof. Cícero Josinaldo, na Universidade Federal de Goiás. Agradeço profundamente o professor Cícero por nossas vivas conversas e por suas interrogações que suscitaram em mim a tentativa de mostrar a relevância de estudar a biopolítica sob o quadro de análise do liberalismo, mesmo que, segundo o mesmo, essas relações podem não ser mais tão viáveis.

² Nova noção de resistência porque é um tipo de luta que não se levanta apenas contra a dominação étnica, social, religiosa, e contra as formas de explorações econômicas. Resistência que Foucault explica no artigo *O sujeito e o poder*. Nesse artigo Foucault argumenta que a luta mais urgente é contra a sujeição, contra as formas de subjetivação submissas. Noutra obra *A hermenêutica do Sujeito* [curso ministrado no Collège de France em 1982] Foucault irá considerar que o primeiro e último ponto de resistência possível é nas relações de si consigo, daí a preocupação do autor por uma ética do eu.

³ Problematização já elaborada no artigo “*A educação sob o signo da biopolítica: da resistência às formas de controle à autoconstituição de nós mesmos*” de FELÍCIO, 2015.

⁴ Cf. VEIGA-NETO, 2014, p. 35.

⁵ Governamentalidade não é o mesmo que biopolítica e biopoder. Muita confusão tem surgido entre esses termos, sobretudo depois que o termo biopolítica passou a fazer parte dos mais variados jogos de retórica, onde se mantêm a performatividade e se esvazia o rigor semântico. Tanto a biopolítica e a governamentalidade possuem como objetivo o governo das populações. Para Veiga-Neto, Foucault “refere-se à biopolítica como a política que trata da vida das populações, ou seja, a política que tem como interesse e preocupação principais a própria vida das populações” (Veiga-Neto, 2014, p.37). Embora a população como objeto do governo esteja presente na biopolítica e na governamentalidade, não podemos dizer que esses dois termos significam a mesma coisa. Para complicar as coisas, biopoder, em um dado sentido, é sinônimo de biopolítica e, por outro lado, pode significar outra coisa, como, por exemplo, o acoplamento entre um poder sobre a vida que é totalizante, e um poder sobre o corpo que é individualizante. Vejamos primeiramente a relação entre governamentalidade e biopolítica, para, depois, verificarmos a relação entre biopolítica e biopoder. Foucault entende por governamentalidade “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (FOUCAULT, 2008, p.143). Temos aí, imbricada nessa formulação, a tese de Foucault que consiste em dizer que a sociedade ocidental não foi estatizada, mas o Estado é que se tornou governamentalizado, isto é, um Estado que se configura sob as técnicas da governamentalidade no esteio do dispositivo de segurança e no da economia política. O conceito de governamentalidade em Foucault permite analisar as artes de governar que surgiram no século XVIII. Entre essas artes podemos ver, primeiramente, o surgimento do Estado de polícia, posteriormente a razão de Estado, e logo depois, no limiar do século XVIII, a biopolítica. A governamentalidade seria a forma de governo, e a biopolítica seria o conteúdo que preenche essa tática de governar os homens. O que confere conteúdo à governamentalidade, a biopolítica, está marcada por uma governamentalidade liberal e neoliberal. Essa é, inclusive, a tese que dá corpo ao curso *Nascimento da biopolítica*: estudar o liberalismo como quadro de análise da biopolítica. Essa tese tem como argumento a polêmica formulação que dizia que só depois de compreendermos o que é o liberalismo é que compreenderemos o que é a biopolítica. Desse modo, esse valioso curso de Foucault provoca um deslocamento. Passa-se da análise da biopolítica para uma análise do liberalismo clássico, do neoliberalismo alemão e americano. Modifica-se radicalmente a rota do curso sobre a biopolítica, como diz Foucault, o que deveria ser a introdução tornou-se o objeto pelo qual o curso foi inteiramente consagrado. (Para uma análise mais detalhada da governamentalidade deve-se consultar o artigo “A governamentalidade política no pensamento de Foucault” – CANDIOTTO, C., 2010). Parte do processo de compreensão da filosofia de Foucault consiste em limpar o campo das mais variadas confusões que se tem feito com sua obra, sobretudo depois de sua popularização no Brasil na última década. Uma dessas tarefas é a distinção entre biopolítica e biopoder. O biopoder em um sentido amplo comporta dois momentos: a anatomo-política do corpo humano, que captura o corpo para fazê-lo produzir mais e melhor, submetendo-o a disciplinas que fabricam indivíduos dóceis e úteis, e, no segundo momento, trata-se de uma biopolítica da população, ou biopolítica da espécie humana, que comporta a administração da saúde e de eventos como a morbidade, a natalidade que, por sua vez, aparece como o campo de intervenção do biopoder. Nesse sentido amplo, a distinção entre os dois termos repousa na compreensão de que o biopoder opera um ajustamento entre a anatomopolítica do corpo humano e a biopolítica da população (O governo do corpo e o governo da vida). O sentido estrito desse termo é usado por Foucault como sinônimo de biopolítica. Nesse último sentido Foucault se utiliza de biopoder sem qualquer distinção com o termo biopolítica, os dois termos tornam-se correlatos de um mesmo fenômeno histórico-político. Para realizarmos tais distinções nos servirmos aqui, em parte, das ricas pesquisas de Edgardo Castro (2012).

⁶ Para Foucault, em *Vigiar e Punir*, não vivemos numa sociedade de consumo e de espetáculo, mas sim numa sociedade disciplinar. O consumo seria então efeitos da tecnologia do poder disciplinar. Vale lembrar contudo a relação entre o sujeito de interesse e a maquinaria do consumo. Por isso acrescentamos aqui a palavra “consumo”, talvez até sem a permissão de Foucault.

TÚLIO PASCAL FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA

⁷ A governamentalidade e a biopolítica foram desenvolvidos no mesmo período cronológico da obra de Foucault. O autor insere a biopolítica no interior de uma história da governamentalidade.

⁸ A mãe, como aquela que investe numa renda futura do filho, também receberá sua satisfação. Uma satisfação psíquica.

⁹ Em um importante artigo, intitulado *O sujeito e o poder*, Foucault argumenta que geralmente existem três tipos de lutas: a primeira seria as lutas contra a dominação, seja ela étnica, social ou religiosa; a segunda são as lutas contra a exploração – que separa os indivíduos daquilo que produzem; e por fim as lutas contra as formas de subjetivação – que são lutas contra a submissão e a sujeição da subjetividade. São lutas que podem estar misturadas entre si - mesmo havendo uma que prevaleça, ou isoladas uma das outras. Foucault mostra que as lutas contra a dominação teve sua tônica no feudalismo, que as lutas contra a exploração ocupou o século XIX, e que atualmente as lutas contra as formas de subjetivação, lutas contra a submissão da subjetividade, estão se tornando cada vez mais importantes. O *homo oeconomicus* ao ser o maior emblema de uma subjetividade governada se constituirá como adversário a ser enfrentado nessas lutas por uma nova subjetividade.

¹⁰ FOUCAULT, 2008, p.368.

¹¹ Como aponta Foucault no curso de 1978, trata-se de uma técnica comportamental que está localizada em na obra de Skinner.

¹² A manutenção da liberdade e da segurança exige uma resposta a “política do medo”, que coloca, por sua vez, em pauta discussões a respeito da criminalidade e da falta de segurança. São respostas prontas, que trazem junto uma ideologia higienista que confere ao Estado uma função assassina, faz dele uma máquina de matar (tanatopolítica). As soluções comumente aceitas são igualmente higienistas como a pena de morte, o fomento para construções de prisões, a militarização da política e do ensino. Esses são elementos comuns a vários países e no Brasil existem ainda mais particularidades, como a redução da maioria penal e extermínio de moradores de rua.

¹³ O paradoxo relevado Candiotto consiste em mostrar que a segurança consome a liberdade. Outros buscaram explorar esse paradoxo. Zygmunt Bauman em seu livro *Modernidade Líquida* fornece um exemplo lapidar e de grande valor para mostrar como a “segurança” consome a “liberdade”. Bauman trás como referência a cidade arquitetada por George Hazelton. O projeto chama-se Heritage Parke e é construído na África do Sul. O objetivo é recriar uma utópica harmonia onde vizinhos dividem uma comunidade. É um lugar onde o indivíduo pode se afastar dos riscos e da hostilidade do mundo moderno, perigos que os moradores inocentemente acreditam estarem encerrados nos muros altos recheados de câmeras, cerca elétrica e guarnição fortemente armada. A liberdade passa a ser minada por aí. A confiança não é mais direcionada a um outro indivíduo, ela é transferida para a câmera. A alteridade colide com o medo permanente e o indivíduo “estranho” é ostracizado. É nesse contexto que é exigido na circulação de lugares, até mesmo públicos, a identificação - que vem junto com a conferência de senhas. Os lugares públicos passam a ser hostis, e não há convite para ocupá-los. O “estranho” passa a ser concebido como um risco potencial e como aquela pessoa da qual não se deve dirigir a palavra. Nas fortalezas privadas – mais conhecidas como condomínios, que são castelos medievais *high tech*, as mazelas do mundo parecem estar bem distante, e não é raro seus moradores pensarem que o problema se inicia sempre com o outro, que a culpa é sempre daquilo que está fora de sua cercania e dos colossais muros. Os dispositivos de segurança são, portanto, heteronômicos, pois deixa-se de praticar uma determinada infração ou delito não por uma compreensão ética, não por um móbil interior e por uma relação consigo mesmo que bloqueia tal ação, mas deixa-se de praticar porque existe uma câmera observando. Ou seja, o que bloqueia o crime não é um juízo ético do indivíduo, mas sim uma heteronomia que se apresenta como uma ameaça, que é a punição.

¹⁴ FOUCAULT, 2008, p.88.

¹⁵ Nesse sentido economistas do ordoliberalismo irão assumir que as intervenções desse formato de liberalismo é interventor tal como a economia planificada, só que com outros propósitos e por outros meios.

¹⁶ Governo que é entendido por Foucault como o exercício do poder, a condução de condutas, a definição de um campo de ação.